

OS DESAFIOS DA INOVAÇÃO NA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM NA CONTEMPORANEIDADE

Cláudia Bassoaldo Ramos¹

Eliane Galvão dos Santos²

Marcos Alexandre Alves³

RESUMO

Este estudo examina as concepções docentes acerca da avaliação do processo de ensino e aprendizagem e suas relações com o desempenho escolar de estudantes. Trata-se de uma investigação de caráter bibliográfico que visa oferecer subsídios para se repensar as práticas avaliativas, que não mais correspondem aos anseios dos estudantes e da sociedade no século XXI. Enfatiza-se a necessidade de ruptura ante concepções e práticas avaliativas homogêneas, em vista da atual conjuntura da educação e os desafios provenientes dos grandes avanços científicos e tecnológicos. Os resultados evidenciam que a avaliação da aprendizagem é uma atividade complexa e desafiadora, que demanda mais pesquisa e interesse por parte da comunidade escolar e, sobretudo, dos professores. O investimento no estudo, reflexão e troca de experiências sobre as práticas avaliativas, no âmbito escolar, podem revelar as fragilidades e potencialidades do ensino. Nessa perspectiva, cabe ao educador desenvolver uma maior consciência acerca de seu papel no planejamento e implementação de uma avaliação, entendida como processo pedagógico e epistemológico, em que o educando seja encarado como protagonista de sua aprendizagem. Essas iniciativas devem ser planejadas e voltadas para comunidade escolar, pois o trabalho educativo exige a corresponsabilidade de todos os envolvidos com a formação humana.

Palavras chave: Avaliação; Aprendizagem; Ensino; Docência; Comunidade escolar.

1. Introdução

A temática avaliação tem sido objeto de muitas reflexões e também preocupações por parte dos educadores de inúmeras escolas brasileiras, considerando que é através dela que é possível constatar as potencialidades e fragilidades de diferentes aspectos educacionais como: formação inicial e continuada, gestão pedagógica, currículo, planejamento, ensino e aprendizagem, entre outros.

Autores como Jussara Hoffmann (2011), Celso Vasconcelos (1998), Luckesi (2005), entre outros, vem a muitos anos realizando pesquisas e estudos sobre a avaliação no

¹ Pedagoga. Professora da Rede Municipal de educação – Santa Maria, RS. Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens – Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. E-mail: maragu005@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens – Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. E-mail: elianeagalvao1@gmail.com

³ Doutor em Filosofia da Educação. Professor do Curso de Filosofia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens – Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. E-mail: maralexalves@gmail.com

processo de ensino e aprendizagem e as implicações da ação docente nesse processo: considerando que as práticas efetivadas pelos mesmos, seja na vertente “tradicional”, onde avaliar é compreendido como um fim em si mesmo; seja numa linha “contemporânea” em que a avaliação é entendida como processo de construção do conhecimento, um percurso de formação que acontece no decorrer da escolarização. Ambas as perspectiva da avaliação devem ser observadas criteriosamente, devendo assumir uma postura intencional, dialógica e inclusiva.

Por conseguinte, nesse estudo, de caráter bibliográfico, pretende-se oferecer subsídios para se repensar as práticas avaliativas, que não mais correspondem aos anseios dos estudantes do século XXI, e enfatizar a necessidade da ruptura de concepções e de práticas avaliativas homogêneas e descontextualizadas. Salienta-se que a intenção deste estudo não consiste apenas rever ou reproduzir o que já foi abordado sobre o referido tema, mas produzir uma análise que contribua para o desenvolvimento de uma visão crítico-reflexiva e, sobretudo, contemporânea no que concerne a avaliação no âmbito escolar.

Segundo Larosa (2003), a pesquisa bibliográfica permite com que o pesquisador adquira através do estudo de documentos, livros e outros subsídios publicados anteriormente, o conhecimento necessário para a solução do problema. Nesse sentido, intenciona-se contribuir para que o professor e todos os envolvidos com a educação compreendam a avaliação escolar numa perspectiva de corresponsabilidades, em que docentes, discentes, equipes gestoras e instituições educacionais possam avaliar e serem avaliados. Além disto, busca-se apontar alguns desafios que ainda assolam a avaliação do ensino e da aprendizagem no contexto escolar e, propor algumas perspectivas de avaliação contemporâneas, a partir de estudos desenvolvidos na área, como sendo mais adequadas a um educando oriundo de uma sociedade dinâmica, competitiva e acelerada. Enfim, a proposta consiste em apresentar novas possibilidades que venham contribuir para se transformar as práticas avaliativas hegemônicas em práticas reflexivas e comprometidas com a promoção de um ensino de qualidade.

2. Reflexões teóricas: os desafios para inovação na avaliação do ensino e da aprendizagem na contemporaneidade

Quando se fala em avaliação da aprendizagem, pensa-se imediatamente no educando, sem perceber, muitas vezes, que tal processo é inerente à figura e à condição de ser do educador e da instituição de ensino. Nesse sentido, quando o educando obteve

sucesso ou apresentou fragilidades no processo de ensino e de aprendizagem, quer dizer que também o educador e instituição são corresponsáveis por esse resultado. Ora, segundo Hoffmann,

nós viemos sofrendo a avaliação em nossa trajetória de alunos e professores. É necessária a tomada de consciência dessas influências para que a nossa prática avaliativa não reproduza, inconscientemente, a arbitrariedade e o autoritarismo que contestaram pelo discurso (2011, p. 12).

Nessa perspectiva, torna-se necessário que os educadores repensem as suas ações, no que concerne a avaliação escolar, com vistas a ressignificar postura e práticas arraigadas onde o “avaliar” é visto apenas como classificar, estratificar e punir os estudantes. Este modelo avaliativo não pode mais ser aceito pacificamente pelos professores ou comunidade escolar, ou seja, sem uma reflexão acurada e um questionamento profundo quanto à imposição feita pelo sistema. Em consonância com o que foi dito acima, para Bachelard, a verdadeira tarefa do educador consiste,

no esforço de mudar de cultura experimental, de derrubar os obstáculos já amontoados pela vida cotidiana, de propiciar rupturas com o senso comum, com um saber que se constitui da opinião e com tradição empiricista das impressões primeiras. Assim, o epistemólogo tem de tomar os fatos como ideias, inspirando-os num sistema de pensamento (2000, p. 168).

Atualmente, o discurso de que “sempre foi assim” não cabe mais, sobretudo, considerando os inúmeros estudos que giram em torno da temática avaliação, onde diversos pesquisadores corroboram que o ato de avaliar é fonte de aprendizagem, ou seja, recurso imprescindível para garantir uma educação de qualidade e mais significativa para o educando. O processo de aprendizagem está diretamente associado à avaliação, de tal modo que se poderia dizer que, sem avaliação não há aprendizagem. Essa prerrogativa está fortemente alicerçada na compreensão de que a *avaliação é reflexão*. A partir de tal reflexão é possível redimensionar e ressignificar o fazer pedagógico.

Neste cenário, faz-se urgente repensar a educação, como um todo, não apenas na estrutura, currículo, conteúdos e métodos, mas também nos processos avaliativos para que não se perca o essencial da escola que é educar para a vida, a autonomia e a cidadania. Deste modo, a avaliação deve ser concebida como parte do processo de aprendizagem, onde o educador avalia para detectar avanços e fragilidades, para intervir, problematizar e redimensionar, sempre que necessário, os caminhos que devem ser percorridos para que o educando obtenha sucesso em sua aprendizagem. O *avaliar*, de modo algum, deve reduzir-

se a uma prática meramente mecânica, sem intencionalidade, com pouco aprofundamento ou mal interpretada, pois esses fatores se constituem em obstáculos que fragilizam a prática pedagógica, em seu sentido mais amplo. Na compreensão de Esteban, avaliar é

Interrogar e interrogar-se. Assim como Bachelard (1970), precisamos indagar: Por que não... A pergunta porque não nega a absolutização do “saber” e do “não saber” e ressalta a relevância de se considerar a construção do conhecimento como possibilidade permanente (1999, p. 23).

Compreender a avaliação como reflexão e que sem avaliação não há aprendizagem, é primordial para que o educador se perceba imerso e integrante “ativo” dos tempos contemporâneos. Para tal, faz-se necessário adotar uma postura que denote humildade, frente os desafios da complexidade do conhecimento, para que assim o educador se coloque em um processo de formação continuada. Eis um requisito necessário para que se compreenda a dicotomia que dissemina novas regras sociais, sobretudo, incertezas e instabilidades. Morin (1986) ilustra essa reflexão, ao mencionar os riscos da cegueira, alertando para a necessidade de lidar com a ambiguidade, com a incerteza, com a mudança na forma de olhar para as coisas, assim como na maneira de pensar a si mesmo, os outros e os problemas. Enfim, o referido autor, convida os educadores a empreenderem uma mudança de atitude quanto ao próprio ato pensar, buscando alternativas para desenvolver uma educação que semeie, nesse novo território, possibilidades e que contribua para a excelência nas práticas pedagógicas, em prol da formação humana.

Em se tratando de educação, não se pode colocar como um fim em si mesmo o currículo, relações, o planejamento, o ensino e a aprendizagem, ou até mesmo, a avaliação. Nesse viés, Hoffmann pondera que a avaliação é “reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento” (2014, p.17).

Muito embora seja evidente a necessidade de um refletir permanentemente sobre a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, tem-se a consciência de que tanto a escola, como os pais, os alunos, os professores e o sistema educacional, como um todo, estão preocupados tão somente, com os resultados e não com a aprendizagem propriamente dita. Preocupa-se muito com a aprovação ou com a reprovação dos alunos e com as estatísticas das avaliações externas, deixando relegado a um segundo plano o que deveria realmente importar, a aprendizagem. Tais fatores dificultam a implementação de práticas diferenciadas e inovadoras, em que a avaliação possa ser constituída a partir de

uma perspectiva formativa, mediadora e contextualizada, na qual os resultados representem a trajetória percorrida pelo educando, na construção do conhecimento, e não algo desconectado e sem sentido para a vida desse indivíduo. Apesar dos obstáculos constatados nessa trajetória, para Hoffmann a avaliação é

essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo, do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais (2011, p.15).

Tal reflexão conduz à concepção de um comportamento apropriado ante a complexidade do conhecimento e a necessidade de aprofundamento acerca das práticas pedagógica desenvolvida no dia-a-dia. Para além disso, cada vez mais exige-se do educador uma atitude ativa ante o processo educativo e as posturas autoritárias que estão sendo estabelecidas. Nesse sentido, para Morin é

necessária a reforma do pensamento. (...) A esse problema universal confronta-se a educação do futuro, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, por um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários (2000, p.36).

Nesse contexto, torna-se necessário que o educador, ciente dessa realidade, adquira um perfil de constante pesquisador, com vistas a superar essa visão reducionista que até hoje ainda insiste em prevalecer na educação. Acredita-se que isso seja algo difícil de alcançar, porém não impossível, considerando que a ruptura com os paradigmas aos quais fomos formados e muitas vezes estamos formando, estaremos abrindo portas para que o educando ingresse e permaneça na escola, e que a escola se torne de fato significativa e faça a diferença (positiva) na vida do estudante e dos demais envolvidos com a educação.

É preciso atentar para o fato de que uma escola de qualidade é a que dá conta, de fato, de todas as crianças brasileiras, concebidas em sua realidade concreta. E a escola, hoje, insere-se numa sociedade marcada por muita violência, miséria, epidemias, instabilidade econômica e política. O caminho para o desenvolvimento é uma educação igualitária, que acolha os filhos dessa geração em conflito e projete essa geração no futuro, conscientes do seu papel numa possível transformação (HOFFMANN, 2004, p.16).

Assim, ao revisitar a escola constata-se que ainda existem obstáculos que impedem essa instituição de desenvolver uma educação pautada em princípios igualitários, afetivos, éticos e inclusivos. Infelizmente o que impera nas escolas é a primazia de um ensino centrado basicamente no desenvolvimento intelectual, em que as formações inicial e continuada de professores são frágeis e a resistência em aderir às novas tendências educacionais imperam com muita força. Isso posto, torna-se primordial que a escola repense seu “papel” e que se prepare para receber essa nova geração de estudantes, entendendo que o educando de hoje não tem mais o perfil de um simples expectador, como era a trinta ou quarenta anos atrás. Cada vez mais o estudante tem acesso às informações que almeja, inclusive na *palma de sua mão*. O perfil do educando do século XXI é de alguém lê, escreve e se comunica com várias pessoas ao mesmo tempo e faz isso com muita propriedade. Apesar disso, a escola do século XX ainda insiste em vestir uma roupagem do século XIX.

Bauman (2003) caracteriza o mundo pós-moderno, como o que permeado pelo fenômeno da liquidez, evidencia a necessidade da escola se adaptar a essa realidade, considerando que jamais na história da humanidade a educação passou por desafios semelhantes.

Os moradores da modernidade líquida preferem seguir os inúmeros *conselheiros*, que mostram *uma* dentre as várias possibilidades de como seguir na vida, ao invés de escutar aquele *professor* preocupado em oferecer *uma* única estrada, já bastante congestionada, a ser seguida. E os conselheiros, como tudo o mais na sociedade de consumo, atuam não com mecanismos de repressão, mas de sedução. “Não há sanções contra os que saem da linha e se recusam a prestar atenção - a não ser o horror de perder uma experiência que os outros (tantos outros!) prezam e desfrutam (BAUMAN, 2003, p. 63).

Neste sentido, torna-se de fundamental importância o aprofundamento dos saberes docentes, no que concerne às práticas pedagógicas inovadoras e significativas, motivado pela complexidade social, cultural e epistemológica que as envolvem. Desde essa perspectiva, vislumbram-se novas possibilidades educativas que contribuam se pensar e implementar uma educação mais dinâmica, atrativa e porque não dizer “sedutora”, concebida como um processo de construção do conhecimento em que o estudante seja conduzido e permanentemente desafiado a protagonizar sua própria aprendizagem.

Para Bauman (2003), o que caracteriza a sociedade líquida é a sua dinâmica que se traduz em incapacidade de tomar uma forma fixa, em que tudo se transforma diariamente e toma as formas que o sistema econômico lhe impõe, não favorecendo projetos de vida

duradouros, como outrora. Hodiernamente esse novo modelo de sociedade desafia constantemente a escola, enquanto instituição do “saber formal”, a mudar seus paradigmas, a mover-se em consonância com essa *nova era*. Ou seja, a escola está sendo desafiada a fazer mais e melhor ou inevitavelmente, assim como a figura do educador, daqui a pouco, correm o risco de tornarem-se obsoletos.

Ora, a avaliação do ensino e aprendizagem é uma temática complexa e polêmica, sobretudo, no âmbito escolar, porém ainda pouco discutida e estudada, em particular, nesse contexto institucional. Esse aspecto deve ser encarado como um alerta aos sistemas educativos, numa perspectiva de proporcionar a criação de uma cultura escolar em que a avaliação seja realmente parte do processo de ensino e de aprendizagem. Além disso, destaca-se que esse processo deve envolver não só o educando, mas toda a comunidade escolar: gestores, docentes, funcionários, instituições e porque não o próprio contexto onde a escola está inserida - comunidade.

Na medida em que se pensa a avaliação da aprendizagem é comum tecer-se críticas direcionadas aos educadores e também aos educandos, como se a responsabilidade do “ensinar e aprender” fosse exclusiva desses dois segmentos. Infelizmente, esse é um *olhar* superficial que desconsidera muitos outros fatores que interferem diretamente no sucesso da tríade ensino - aprendizagem - avaliação, como o contexto sócio-político e cultural que circunda a escola, compromisso social com a educação, políticas públicas frágeis, entre outros que estão diretamente ligados a qualidade da educação

O maior dentre os desafios é ampliar-se o universo dos educadores preocupados com o “fenômeno avaliação”, estender-se a discussão do interior das escolas a toda a sociedade, pois, considerando-se que o mito da avaliação é decorrente de sua histórica feição autoritária, é preciso descaracterizá-la dessa feição pensando nas futuras gerações (HOFFMANN, 2011, p.23).

Por conseguinte, não se trata aqui de apontar culpados, muito menos vitimar a educação, mas ratificar que apesar dos desafios, que ainda permeiam a educação brasileira, existem inúmeras iniciativas que visam reverter essa situação que vem delineando o ensino ao longo dos anos. Cabe pontuar, em particular, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN/1997, Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014 e a Base Nacional Comum (em construção). Para além disso, em nível Federal foram criados instrumentos de avaliação do ensino, como Prova Brasil, Provinha Brasil e Prova ANA. Esses instrumentos avaliativos, embora sejam motivo de

grandes discussões, são instrumentos que apresentam dados que motivam a reflexão no contexto escolar, configurando-se como um ponto de partida para se assegurar mudanças significativa nas práticas pedagógicas.

Cabe registrar também que, no decorrer dos últimos anos houveram algumas iniciativas, por parte dos entes federados, para se promover a formação continuada para os docentes em serviço, com o intuito de qualificar, significar e revitalizar as práticas pedagógicas; ações voltadas especificamente para os educandos, no intuito de qualificar a aprendizagem escolar, como o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, Programa Mais Educação, oferecido em turno ampliado aos educandos, oportunizando assessoramento pedagógico e atividades esportivas e culturais, Programa Escola Ativa destinado a formação de professores das Escolas do Campo, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC voltado à formação de professores, entre outros.

A partir de tais iniciativas, há de se considerar que muitas ações estão sendo realizadas no sentido de elevar a qualidade da educação em nível de Município, Estado e União. Porém, cabe as escolas, a partir de tais iniciativas, mobilizarem-se para fazer “o diferente”, ou seja, elaborar novos projetos que convirjam para práticas didático-pedagógicas inovadoras e diferenciadas, com vistas a enfrentar os desafios desse mundo contemporâneo, contribuindo assim para o cumprimento de seus objetivos enquanto instituição.

Bauman (2009), alerta que a durabilidade das coisas não é mais uma qualidade. Vale dizer, tanto as coisas quanto as relações são úteis apenas por um pequeno lapso de tempo e depois são descartadas, pois facilmente perdem a atualidade e atratividade, em face dos novos produtos e relações disponíveis no mercado e na sociedade. Similarmente, como ocorre com as coisas e as relações, pode-se dizer que os conhecimentos construídos e as metodológicas empregadas na escola, também são facilmente descartáveis e gradualmente vão dissipando o interesse dos estudantes. Esta realidade se configura como o primeiro desafio a ser enfrentado pelas instituições educacionais e, sobretudo, pelos educadores. Cada vez mais, torna-se necessário que todos os que trabalham com a educação, entendam o momento histórico que vivem e procurem adaptar-se, sem perder de vistas determinados princípios fundamentais da educação, a rapidez com que tudo se transforma e proponham um ensino mais dinâmico e desafiador em detrimento de propostas tradicionais, baseados em estruturas rígidas e maçantes, alicerçados na transmissão de informações.

3. Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas mostram a importância de se lançar um novo olhar sobre a avaliação do ensino e da aprendizagem na contemporaneidade, onde urge a necessidade de uma maior conscientização, por parte de todas as instâncias educacionais, no sentido de qualificar as práticas pedagógicas até então desenvolvidas no âmbito escolar. Para isso, faz-se necessário iniciativas que oportunize aos educadores, tanto em serviço quanto em nível de formação inicial, momentos de qualificação e reflexão sobre o fazer pedagógico, levando-se em conta os diferentes fatores que envolvem as práticas avaliativas no cotidiano escolar, enquanto processo que realmente promova a qualificação e o aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

Além destes aspectos destacados, entende-se que também é importante investimento financeiro, por parte dos entes federados, no sentido de promover formações continuadas - momentos de trocas de experiências que promovam o aprimoramento do educador. Porém, cabe ressaltar que tais iniciativas não devem ser planejadas e fomentadas apenas para os docentes, mas também para coordenadores pedagógicos, gestores, funcionários e comunidade, pois a educação é processo que exige corresponsabilidade de todos os envolvidos na formação humana.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2000

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996, p. 27.833.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 04/2010** N° 4, de 13 de julho de 2010(*) Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- BRASIL. **Resolução CNE/CEB 07/2010 N° 7**, de 14 de dezembro de 2010 (*) Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- ESTEBAN, M.T. (Org). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré – escola à universidade**. 23ªed. Porto Alegre: Editora Mediação; 2004.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41ªed. Porto Alegre: Editora Mediação; 2011
- LAROSA, M. A. **Como Produzir uma Monografia Passo a Passo**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2003
- LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MORIN. E. **Para sair do século XX**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 2ed. São Paulo: Cortez: Brasília-DF: UNESCO, 2000
- SOARES, M. **Alfabetização no Brasil ¾ O Estado do conhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 1989.